

# Supervisão: O Ato da Palavra.

Maria Teresa de Melo Padilha

Psicanalista em formação do Círculo Psicanalítico de Pernambuco. Professora do Departamento de Psicologia da FACHO. Mestre em Psicologia Clínica pela UNICAP

**Palavras-Chave:** Ética – Transmissão – Saber – Supervisão

**Resumo:** Aborda a especificidade da supervisão psicanalítica reconhecendo-a como uma das experiências fundamentais para a construção, sempre inacabada, do saber psicanalítico. Nesse contexto, a supervisão é entendida enquanto um dispositivo ético que comporta a relação daqueles que a compõem, supervisor e supervisionando, com o inconsciente, para além, portanto, de uma prática didático-pedagógica.

O mote para a escrita desse texto me foi dado a partir do encontro com um livro de poesias de Armando Freitas Filho, intitulado *Fio Terra*, cuja leitura foi estimulada pelos comentários do também poeta e crítico literário, Adolfo Navas, que, em entrevista publicada na revista *Cult*, em novembro de 2000, assim se referia à obra citada: Ela “tem muito de uma poesia que se escreve como que antes da categorização do pensamento, com um viés ensaístico que corre entre a ‘sensação e o sentido’, entre a ‘tensão vital e a articulação lingüística’, entre ‘o coração e a técnica’, entre o ‘fio terra’ e o que está ‘no ar’.”<sup>1</sup>

De sua parte, o autor afirma que a poesia é, de certa forma, utopia, por tentar “dar visibilidade ao invisível, matéria ao imaterial por natureza”, caminhando “se não antes do pensamento, ao menos atrás dele, nos dois sentidos: encoberto e em perseguição”.<sup>2</sup>

A propósito da observação de sua poesia acontecer entre a sensação e o sentido, Armando Freitas Filho define a matéria poética como algo que se produz na entrelinha, “com o que não é dito nem escrito nos medeia, com o que se irradia quase em segredo para uma audiência pequena, mas feroz, com o ouvido fino de bicho ou sensor de morcego que capta, enfim, essa vibração que vai passando impercebida, como na *Mesa Morta*”:

“Da idade média de todos os meios  
espremo o que escrevo  
e o que sobra, só  
é o nu sem nuvens  
tão no extremo terrível do trampolim  
que é expresso somente por si:  
o mínimo, múltiplo, comum  
sol, sinal, soul  
eu, íntimo  
exprimo o que escravo  
ficou no fim, e não foi ao ar”.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Revista *Cult*, novembro/2000, p. 5, 6, 7.

<sup>2</sup> Idem, p. 7.

<sup>3</sup> Revista *Cult*, idem.

Uma relação entre o que li e o que *tencionava* escrever sobre a supervisão impôs-se a mim de maneira insistente bem antes que eu pudesse compreender ou formular qualquer coisa a respeito. Algo assim, *que se escreve como que antes da categorização do pensamento*. Bastante tempo se passou até que aquilo que *tencionava*, isto é, me deixava com a intenção, sob tensão e em suspensão, pudesse se fazer letra e compor o texto que agora apresento. Tratava-se, portanto, de articular força e sentido.

No percurso empreendido até aqui, encontrei em Birman importantes considerações acerca do impacto da leitura sobre o leitor. Entre outras coisas, ele refere que é para uma ética que a leitura remete, na medida em que implica o sujeito na escritura. A produção do sentido se faz pela apropriação do texto pelo leitor, que com seu desejo mobilizado pelos fragmentos do texto, imprime a este a sua interpretação e a sua singularidade. Afirmo Birman que, desconcertado, “o leitor se descobre como um sujeito desejante pela experiência da leitura, de forma que essa e esta possibilita ao leitor uma intuição e até mesmo um conhecimento de si mesmo que eram inexistentes antes da leitura (...) A leitura é mais uma forma de aprimoramento da sensibilidade do que de educação, justamente porque o que está em causa não é apenas o entendimento mas principalmente a subjetividade do leitor”.<sup>4</sup> Nessa perspectiva se insere o efeito transgressivo da leitura, na medida em que, desarticulando sentidos anteriormente instituídos, desconstrói, repetida e provisoriamente, o *eu* do leitor, dados os efeitos de ruptura.

A partir daí, lancei-me então sobre os meus fragmentos de texto já escritos acerca da supervisão, na tentativa de, retomando-os num momento posterior, tirar deles algumas conseqüências.

Se falar de supervisão é tocar nos pressupostos do *tornar-se analista e da formação psicanalítica*, uma vez que esta é comumente referida ao tripé: análise pessoal, estudo teórico e supervisão, as conseqüências às quais me refiro são, senão outras, conseqüências éticas. Em última instância, renova-se por meio dessa reflexão uma pergunta da qual nenhum analista deve se distanciar: quais são as conseqüências éticas que a relação com o inconsciente comporta?

Há algum tempo, quando já me surgia o desejo de escrever este texto, algumas idéias me ocorriam mais ou menos livremente. Uma delas era a lembrança de uma frase que dizia: “quem te compreende, te escraviza um pouco”. Esta frase me faz pensar tanto na posição do analista frente ao analisante, quanto na do supervisor frente ao supervisionando. Embora entenda tratar-se de *posições* diferentes, isto é, a do analista e a do supervisor, a frase parece-me dizer algo que é próprio da psicanálise ou de uma direção a ser sustentada tanto na análise quanto na supervisão. Salvaguardando as devidas diferenças, a escravidão deve ser evitada.

Outra questão que me ocorria, dizia respeito a uma colocação de Nasio acerca da *paixão cega de curar* e da *paixão cega de compreender*, ambas entendidas como uma espécie de armadilha na qual o analista não deve cair, pois se opõe ao processo de exclusão e do exílio – tornar o sujeito estranho a si mesmo.

<sup>4</sup> BIRMAN, J. *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 55.

Ocorria-me, ainda, uma afirmação de Freud em um de seus textos sobre a técnica, no qual menciona a inutilidade de relatos de casos extremamente longos e detalhados, pois não seria isso que daria credibilidade à psicanálise e que conquistaria a confiança do leitor, nem sequer daria a este último a sensação de assistir a uma sessão de análise. No meu entender isso se explica, sobretudo, pelo fato de que acreditar na psicanálise é acreditar no inconsciente, o que não se deve a um ato de fé ou de vontade. Não é fruto da compreensão ou do convencimento, é, antes, conseqüência da vivência dos fenômenos de divisão do sujeito, convicção esta, inconsciente.

A colocação de Freud também me faz pensar que quando relato meus casos clínicos em supervisão, quer numa tentativa mais organizada de estruturar o material, quer por meio de associações mais livres acerca do paciente, sou freqüentemente tomada pela sensação de que algo não pôde ser dito, parte esta que se repete e que sempre me parece ser a mais importante. Obviamente, por mais fiel que se tente ser ao que se passou durante uma sessão de análise, é, além de dispensável, impossível fazer uma correspondência entre o que se vive na experiência, no caso, experiência de transferência, e o que se conta dela.

Tal impossibilidade relaciona-se com o conceito de verdade histórica que propõe que a verdade é sempre outra coisa que não a exatidão do que aconteceu. Assim, em supervisão, o supervisionando reconstrói os casos puxando pela memória, mas como Freud ensinou, a memória nunca é um traço bruto, é, inevitavelmente, uma

lembrança modificada, estando sempre relacionada a algo do futuro que se coloca *só depois*.

Por essa razão, há várias maneiras de se “contar o conto”, o que implica uma certa arbitrariedade, que nesse terreno não é da natureza do erro. Diz respeito a uma imprecisão inevitável, às vezes incômoda, mas ao mesmo tempo útil. Tal qual na poesia, trata-se, pelo menos em parte, de um projeto utópico, *pois visa dar visibilidade ao invisível, matéria ao imaterial*. Mas como diz o poeta, “dentro deste espaço a especulação é bem-vinda e ir ao encalço de utopias pode ser considerado, portanto, com alguma boa vontade, ocupação sensata e produtiva”.<sup>5</sup>

Assim, achamos bastante oportuna a colocação de Alain Miller, ao afirmar que se existe algo como a supervisão ela é, antes, a supervisão das *construções* do analista, entendida como uma construção de saber que tenta ligar elementos dispersos da produção inconsciente do paciente, matéria sempre fragmentada e descontínua.

É interessante observar que o conceito de *construção* relaciona-se diretamente com os conceitos de *repetição* e de *pulsão de morte*. Neste contexto teórico, a noção de memória não está fundada na idéia de representação. Conseqüentemente, coloca-se em questão uma concepção acerca do inconsciente. Como se sabe, este pode ser tomado como uma memória onde tudo já está escrito, o que tem repercussões não apenas na clínica, isto é, no manejo da condução de um tratamento, como também na concepção acerca da supervisão. Penso que é não entendendo o inconsciente como uma simples memória, onde tudo já está dado, que se tor-

<sup>5</sup> Revista *Cult*, novembro/2000, p. 6.

na possível dar valor ao que está escrito na palavra, ao **ato da palavra**.

A narrativa realizada pelo analista em supervisão, ainda que regida em grande parte pelos processos secundários e pelo princípio de realidade, produz-se, de certa forma, numa espécie de intervalo entre a experiência vivida e a representação que se tenta fazer dela. Do discurso aí organizado pelo sujeito e dirigido ao Outro, no caso, o supervisor, resta sempre algo estranho, o *Unheimlich*, o estranho familiar, mostrando em ato que algo mais é produzido além ou aquém do que a palavra pode nomear. É nessa hiãneia que está situada a fala do supervisionando, apesar de toda tentativa de estruturar seu discurso segundo a lógica de seus argumentos em relação à teoria e à técnica.

Daí nos perguntamos: em que, efetivamente, a supervisão modifica o supervisionando no sentido de contribuir para a escuta que realiza de seus analisantes? Na tentativa de responder a essa questão, tento tomar a supervisão do ângulo da posição inconsciente e não como uma prática didático-pedagógica. Vale salientar que a supervisão não é uma prática instituída apenas no seio da formação psicanalítica. Esse recurso a um terceiro acontece em diferentes contextos, podendo estar relacionado aos mais diferentes campos do saber. Assim, pensar sobre o que caracteriza e, conseqüentemente, diferencia a supervisão psicanalítica de qualquer outra conduz às interrogações acerca do saber psicanalítico e dos impasses quanto a sua transmissão, que coloca sempre a disjunção: *o que se transmite, não se ensina*.

A supervisão implica, portanto, a construção de um lugar que não é o

mesmo da análise, mas que deve chegar a se aproximar dele. Paradoxalmente, supervisão e análise se diferenciam radicalmente por um lado e se aproximam por outro. É nessa aproximação que se coloca, no meu entender, a relação ao saber que a posição de um analista comporta. Trata-se sempre de não saturar o saber, única condição de o analista confrontar-se com algo além do que ele já sabia sobre seus pacientes. Saber esse, sempre referido a sua própria análise, uma vez que, como menciona Mannoni, “em toda compreensão do outro é sempre um vestígio de nós mesmos que encontramos”.<sup>6</sup>

Dessa forma, vejo a supervisão como um espaço de ‘tensão’, no qual se articulam o saber exposto do supervisor, aquele que pode ser referido à transmissão do conhecimento sobre a teoria e a técnica psicanalítica, e o *saber não sabido* do inconsciente. Como diz Safouan, “O que faz laço social entre estes dois analistas, controlador e controlado, é sua posição de leitores que lêem lado a lado o mesmo livro, decifrando a mesma linguagem cifrada que é o inconsciente, tendo em vista um ganho a obter de um mesmo saber textual. Inicialmente, não há leitura e, depois, troca de saber, mas esta troca é sua própria leitura”.<sup>7</sup> De outra maneira, mais do que abrir o campo aos fenômenos da divisão, a supervisão provocaria efeitos de tamponamento no supervisionando. Talvez esteja aí uma particularidade e um limite da supervisão, operar entre esses dois saberes, o saber exposto e o saber inconsciente.

Muito, de fato, é possível compreender por meio da articulação teórica do saber “sabido” do supervisor e do

<sup>6</sup> MANNONI, M. *Da Paixão do ser à “loucura” de saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p. 8.

<sup>7</sup> SAFOUAN, M. e outros. *O mal-estar na psicanálise*. São Paulo: Papyrus, 1996, p. 56.

supervisionando, mas os efeitos da supervisão decorrem, em grande parte, não do saber acumulado de um e de outro, mas da divisão instituída nesse saber, pelo fato de ele estar sempre clivado, isto é, suspenso pela verdade.

As conseqüências disso se fazem ouvir, melhor dizer, *escutar* na prática clínica do analista em supervisão, naquilo que ressoa na fala de seus pacientes. É interessante observar como depois de falar de um caso em supervisão, ocorrem, por vezes, mudanças significativas no discurso do analisante, fato que surpreende, sem que se saiba bem ao certo o que aconteceu. Contudo, se aquilo que ressoa na fala do paciente pode ser atribuído, pelo menos em parte, à supervisão do analista, como não entendê-la como um lugar em que, falando a um Outro, o analista é situado em sua fala e que algo da dimensão do seu desejo se mobiliza? O que é isso senão a colocação em ato do desejo do analista em sua prática?

No seminário “A ética da psicanálise”, Lacan afirma que um analista, para ocupar sua função, paga com sua pessoa, por nunca saber ao certo quem representa para o seu paciente e paga com palavras, através de suas interpretações. Paga também, penso eu, com as palavras com as quais fala sobre seus analisantes em supervisão e paga com as palavras com as quais escreve um texto. O que se põe a elaborar em cada uma dessas passagens é um luto, pois o que se configura é algo da ordem de uma perda. Isso porque, pelo menos em parte, há um trânsito impossível entre a experiência e o pensamento, entre o pensamento e a fala e, ainda, entre a fala e a escrita. Nestas passagens algo passa e algo resta, o que leva a pensar que é do real que se trata, dele há res-

to, o que não é possível simbolizar.

O trabalho psíquico empreendido em tais situações é um trabalho árduo e é por meio de sua palavra falada e escrita, que um analista vai prestando contas de seu saber, sendo aí muito mais decisiva, como referem Souza e Jerusalinsky, a relação desse saber com sua ignorância.

Sem dúvida, a ação ou o ato do supervisor auxilia imensamente a articulação de um saber sobre a teoria e a prática psicanalítica, mas não ao preço de obturar a parte dessa prática que permanece velada. Assim como o analista não pode satisfazer a demanda de felicidade feita pelo paciente, o supervisor, por sua vez, não pode satisfazer totalmente a demanda de saber do supervisionando.

Inevitavelmente, o analista é um sujeito que um dia foi levado por algum sofrimento e por uma suposição a buscar um Outro ao qual dirigiu sua demanda de amor, de reconhecimento e de saber, saber sobre si e sobre seus pacientes, esta última, mais diretamente dirigida ao supervisor, supondo o Outro que sabe. Desfeita essa ficção, resta-lhe sempre um saber a conquistar. Dados os desdobramentos aí implicados, o saber desloca-se do ponto em que se ancorava e o desejo de saber *sobre si* transforma-se em saber *de si*, o que remete à alteridade do sujeito e à proposição de Lacan: *o analista se autoriza de si mesmo*, proposição que se presta a muitos mal-entendidos. Como esclarece Jerusalinsky, “alguns sublinham o *si mesmo* num delírio de autonomia, elidindo o *se*, que ali nada tem de reflexivo, mas de referência às conseqüências iniludíveis dos efeitos de sua própria análise”.<sup>8</sup> Em outras palavras, coloca o analista diante da responsabilidade por seu ato.

<sup>8</sup> Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *O sintoma da infância*. Artes e Ofícios, Porto Alegre, 1987, p. 12.

E o que faz com que um analista, embora não prescindindo do supervisor nem de seus pares, se faça, ele próprio, o único responsável por seu ato? Quando escuta seus pacientes, o analista está irremediavelmente só e sem garantias. Poder sustentar-se nessa posição suportando o que escuta, a demanda para além do que ela formula, suportando nos dois sentidos, agüentando e dando suporte, é efeito, sobretudo, de sua própria análise, ou mais precisamente, do processo que põe fim a ela. É na experiência de análise do seu inconsciente que o analista, do lugar de analisante, se dá conta de que, *em última instância, ele não tem ajuda a esperar de ninguém.*

Um saber aí se transmite, dando lugar a uma nova posição para o sujeito, nisso que o autoriza a partir da lei que funda seu desejo, desejo de analisante, a assumir o risco e a autoridade simbólica que implica sua prática ao pôr-se a escutar o inconsciente de outros... *E o que sobra só é o nu sem nuvens tão no extremo terrível do trampolim.*

Voltando ao mote, resalto, para concluir, que a aproximação da produção literária, mais precisamente da poesia, e o trabalho do analista, quer se trate daquele empreendido em sua própria análise, em sua prática clínica ou, ainda, na supervisão, impõem-se, na medida em que em todas essas situações o sujeito luta contra o limite da linguagem, abordando o vazio pela borda. A literatura cria vazios, reduplica os vazios da fala.

É nessa perspectiva, inclusive, que, apesar da disparidade existente entre analista-analisante e supervisor-supervisionando, estão todos do mesmo lado, como diz Lacan, “acuados contra o muro, contra o muro da linguagem”,<sup>9</sup> ao que acrescenta que a psicanálise

maneja a função poética da linguagem, tentando dar ao desejo do homem sua mediação simbólica. Em minha concepção, é dentro dessa lógica que a supervisão deve estar situada, além ou aquém de qualquer formalização, é assim que um saber *passa*. Dessa maneira, a supervisão se inscreve na formação psicanalítica e aí intervém, num lugar instável, *entre a sensação e o sentido, entre a tensão vital e a articulação linguística, entre o coração e a técnica.*

### Keywords

*Ethics – Transmissions – Knowledge – Supervision*

### Summary

*The article discourses about the specificity of psychoanalytical supervision situating it as one of the fundamental experiences in psychoanalytical knowledge, always unfinished. In this context, supervision is understood as an ethic instrument that includes the relation between those that make part of it: supervisor and supervised, with the unconscious, relation that goes beyond a regular teaching practice.*

## bibliografia

- BIRMAN, J. *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MANNONI, M. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. *O sintoma da infância*. Artes e Ofícios, Porto Alegre, 1987.
- REVISTA CULT, novembro/2000.
- SAFOUAN, M. e outros. *O mal-estar na psicanálise*. São Paulo: Papyrus, 1996.

<sup>9</sup> LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 317.

SAFOUAN, M. *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

*Recebido em Junho/2005, aceito em Agosto/2005*

*Endereço para correspondência:  
Rua Conselheiro Portela, 243/1602 –  
Espinheiro  
52020-030 – RECIFE/PE  
E-mail: mtpadilha@uol.com.br*

